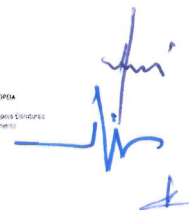




**CONTRATO PARA A GESTÃO DA ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC)
DO
GRUPO DE AÇÃO LOCAL (GAL)
GAL RURAL – CORANE - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DOS
CONCELHOS DA RAIA NORDESTINA**

Considerando que:

- i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.
- ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.
- iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.
- iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, potenciar a experiência de ciclos de programação anteriores na promoção de abordagens integradas de cariz *bottom-up*, promovidas pelas comunidades locais, com especial destaque para a abordagem LEADER, através da mobilização do instrumento regulamentar Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).
- v. Ainda segundo o Acordo de Parceria, o instrumento DLBC pretende dar resposta aos elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos e, em geral, da diversificação das economias locais, do



estímulo à inovação social e à busca de novas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social em territórios desfavorecidos em contexto urbano e em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional.



- vi. O instrumento DLBC, nos termos definidos no artigo 66.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, corresponde à materialização das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) que se pretendem integradas e multissetoriais para a promoção do desenvolvimento local e que se destina a responder aos objetivos e necessidades de um determinado território, sendo concebidas e executadas pelas comunidades locais organizadas em Grupos de Ação Local (GAL).
- vii. O processo de lançamento do instrumento DLBC envolveu duas fases, organizadas através de concurso e convite conjuntos das Autoridades de Gestão envolvidas no financiamento deste instrumento, que integraram a respetiva Comissão de Avaliação: a primeira fase, através de concurso, relativa à pré-qualificação das parcerias e a segunda fase, através de convite, relativa à seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e reconhecimento dos Grupos de Ação Local (GAL).
- viii. A seleção da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) e o reconhecimento do GAL Rural – CORANE - Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordeste foi concluído em 23 de novembro de 2015, por decisão da Comissão de Avaliação constituída para o efeito.

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, neste ato representada por Patrícia Cotrim que outorga na qualidade de Gestora da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 13279-F/2014, de 31 de outubro;

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020, neste ato representada pelo Presidente da Comissão Diretiva, Emídio Gomes, nos termos previstos no n.º 2 do mapa VI da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 11 de dezembro, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 242, de 16 de dezembro de 2014 e no Despacho



n.º 10583/2013, de 14 de agosto, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;



E o,

Grupo de Ação Local Rural – GAL CORANE (CORANE) neste ato representado pela Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordeste – CORANE, que outorga na qualidade de Entidade Gestora, pessoa coletiva nº 503712914, com sede na Rua da Coxa – Edifício do GAT, 5300-224 Bragança, neste ato representada por Hernâni Dinis Venâncio Dias, na qualidade de Presidente da Direção e por António Jorge Fidalgo Martins, na qualidade de Vice-Presidente da Direção;

O presente contrato rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos anexos, que dele fazem parte integrante:

Cláusula 1ª

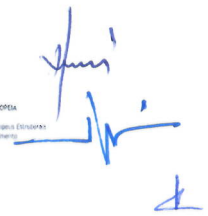
Objeto

O contrato para a gestão da estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), adiante designado de contrato, é celebrado ao abrigo do artigo 66º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores apoiam a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), nos termos do Anexo 1, acordada com a CORANE, e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar no território constante do Anexo 2.

Cláusula 2ª

Dotação financeira

1. Para o financiamento da Estratégia de Desenvolvimento Local, as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores asseguram para o período de vigência dos Programas um apoio global de Fundo que totaliza 4.966.172,87 euros.



2. A Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 assegura um apoio de 2.822.772,87 euros do FEADER, para comparticipar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 3.
3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 assegura um apoio de 803.775,00 euros FEDER e de 1.339.625,00 euros FSE, que totalizam um montante de 2.143.400,00 euros para comparticipar os projetos enquadrados nas tipologias de ação das prioridades de investimento previstas no Anexo 3.





Cláusula 3ª

Metas, resultados, acompanhamento e avaliação

1. A CORANE compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos Programas financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às medidas e tipologias de operações/prioridades de investimento contratualizadas, previstas no Anexo 3.
2. Nos termos do n.º 9 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, o contrato é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas.
3. A CORANE, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos Programas financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.
4. De forma autónoma à avaliação referida no número 2 da presente cláusula, a CORANE compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do contrato, a concluir até ao final do primeiro trimestre de 2019, com referência a 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 4ª

Vigência

O presente contrato produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas financiadores e não for denunciado por algum dos subscritores, nos termos acordados na adenda ao contrato ou no protocolo de articulação funcional referidos na cláusula seguinte.

Cláusula 5ª

Elementos integrantes do contrato

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da CORANE, serão objeto de adenda ao presente contrato ou de protocolo de articulação funcional, a outorgar com cada uma das Autoridades de Gestão dos Programas financiadores.
2. No caso da delegação de competências enquanto organismo intermédio pela Autoridade de Gestão do Norte 2020, ocorrerá na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.
3. Fazem ainda parte integrante do contrato os seguintes anexos:

Anexo 1: EDL aprovada pela Comissão de Avaliação.

Anexo 2: Território de intervenção.

Anexo 3: Quadro de financiamento por Fundo e Prioridade de Investimento/ Medida e Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

Ponte de Sor, em 27 de janeiro de 2016

Feito em triplicado, o presente Contrato é assinado pelas partes valendo estes exemplares como originais.

A Gestora do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020

Patrícia Cotrim

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020

Emídio Gomes

O Grupo de Ação Local Rural - GAL CORANE - Associação de Desenvolvimento dos Concelhos
da Raia Nordestina

Presidente da Direção

Hernâni Dinis Venâncio Dias

Vice-Presidente da Direção

António Jorge Fidalgo Martins

[Handwritten signature]

ANEXO 1

Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª Fase DLBC-99-2015-02-068

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 27/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
503712914	CORANE - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DOS CONCELHOS DA RAIA
Morada (Sede Social)	NORDESTINA
RUA DA COXA - ESIFÍCIO DO GAT	
Código Postal	Localidade
5300-224	BRAGANÇA
NUT III	NUT II
Terras de Trás-os-Montes	Norte
Telefone	E-mail
273332925	terrafria@corane.pt
Telefax	

**URL****Tipologia de Beneficiário**<http://www.corane.pt>

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação**Nome Responsável**

Luísa Pires

Telefone Responsável

273332925

Cargo Responsável

Coordenadora

Telemóvel Responsável

927960490

Serviço/Departamento

Coordenação

Email Responsávelluisa@corane.pt**Email Alternativo**terrafria@corane.pt**Experiência da Parceria****Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento**

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

A missão fundamental da Parceria consiste em participar de forma proactiva, nas estratégias de Desenvolvimento da Terra Fria Transmontana, numa perspetiva participativa, territorial, bottom-up e de Desenvolvimento Integrado e Sustentável.

A Entidade Gestora da Parceria, CoraNE, tem participado e desenvolvido desde 1996, vários projetos no âmbito de programas, quer Comunitários, quer Nacionais. A salientar: LEADER II; LEADER +, PRODER, Agris; Programa Comunitário para a Igualdade entre Homens e Mulheres; Life Natura; Interreg IV C, Interreg III B, SUDOE; POCTEP; EQUAL; Leonardo; Socrates; POEFDS; Operação Norte – ON; POPH; ON2; Rede Rural, pelo que estamos familiarizados com a gestão plurifundos. Criada em 1995, a CoraNE elaborou em 1996 um Plano de Ação Local (PAL), no âmbito do Programa LEADER II, tendo, nesse ano, sido credenciada para a aplicação do Programa na Terra Fria Transmontana. Desta forma a região viu-se beneficiada com um programa novo, de intervenção exclusiva no meio rural. Este Programa, permitiu a realização de 129 projetos. Em 1997 a CoraNE elaborou o Plano Global de Intervenção (PGI) para a implementação na Terra Fria Transmontana de 2 Centros Rurais, no âmbito do PPDR – Agris. Posteriormente submeteu mais 2 candidaturas, tendo sido aprovados, no âmbito do mesmo programa, mais 2 Núcleos Rurais. No âmbito do PIC Leader + foram aprovados pela CoraNE, 55 projetos nas diferentes medidas, que vão desde o apoio à construção de infraestruturas, até ao apoio às empresas e à promoção dos produtos regionais e do território, bem como à Cooperação Nacional e Transnacional. No último Quadro Comunitário de Apoio, no âmbito do Sub-Programa 3 do PRODER, foram aprovados cerca de 160 projetos nas várias medidas desenhadas e criados 126 postos de trabalho. Os investimentos efetuados tiveram grande impacto, quer na dinamização da economia pela criação de empresas e emprego, quer na melhoria da qualidade de vida das populações. De salientar o bom desempenho na implementação dos projetos, que permitiu o acesso à reserva de eficiência no valor de 2 milhões de euros, concretamente 2.060.868, 53 €.

A CoraNE tem desenvolvido um processo de envolvimento com as comunidades locais, ao longo dos sucessivos quadros de apoio, nomeadamente na preparação das EDL.

A ação da CoraNE não se limitou ao apoio a promotores privados e públicos, tendo desenvolvido diversos projetos de cooperação nacional e internacional, criando novos serviços, novos produtos, apostando na valorização e promoção do território, trabalhando em rede com outras entidades, criando riqueza para o território.

No âmbito da Cooperação a CoraNE foi agraciada com dois prémios, um pelo projeto WOLF – Wild Life & Farmers, por ser considerado, pela ELARD – European Leader Association for Rural Development, um projeto exemplar na preservação do lobo ibérico, e um outro prémio “DrylandChampions 2015” no âmbito do projeto Ambi-Empleate, distinguido pela United Nations Convention to Combat Desertification (UNCCD).

As diversas ações de animação e a aquisição de competências também representam uma área de ação importante para os GAL. De salientar ainda todo o trabalho de promoção do território, feito ao longo destes anos, através do desenvolvimento de iniciativas de animação local, mas também através da promoção feita fora de portas, levando o nome, os produtos, os valores e todo o potencial do território, para outros lugares, outros públicos, outros mercados.

Sendo localmente a entidade responsável pela gestão do PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural), a CoraNE tem vindo a privilegiar o apoio a investimentos com carácter produtivo, isto é, que para além de representarem uma mais-valia na qualificação dos recursos endógenos, na criação de postos de trabalho e fixação de população no meio rural, contribuam para a criação de valor acrescentado, de riqueza. No último QCA, os instrumentos de apoio financeiro disponibilizados foram particularmente aproveitados por dois sectores de atividade, considerados estratégicos para o território: a criação de unidades de transformação de produtos e uma aposta claro no aumento da capacidade de alojamento e animação do território na sua vertente turística. O investimento é visível no território que atualmente apresenta uma oferta ampla e de qualidade.

Ao longo destes anos de existência, a CoraNE, tem sido uma entidade respeitada, considerada e valorizada, quer pelos beneficiários, quer pelos associados e restantes entidades com influência no território. A equipa técnica é constituída por elementos com uma vasta experiência na implementação de programas, decorrente dos vários anos de vínculo à instituição, sendo multidisciplinar tem forte componente de ciências agrárias o que permite assegurar uma estrutura de análise, decisão e acompanhamento das novas operações a financiar. Esta capacidade é corroborada pela implementação das EDL’s em anteriores quadros comunitários.

Entidades



NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
500075492	COOPERATIVA AGRÍCOLA RIBADOURO, C.R.L.	05/02/1959	01/01/1964	11021	Cooperativa
501088792	ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DO PARQUE NATURAL DE MONTESINHO	30/06/1980	17/01/1989	94110	Associação sem fins lucrativos
501109846	COOPERATIVA AGRÍCOLA DE VINHAIS	23/03/1978	06/12/1979	47784	Cooperativa sem fins lucrativos
501126457	LAGAR COOPERATIVO DOS OLIVICULTORES DA REGIÃO DE IZEDA	01/01/1992	01/01/1992	10412	Cooperativa
501416382	COOPERATIVA AGRO-PECUÁRIA MIRANDESA	10/07/1979	10/07/1979	10110	Cooperativa
502044080	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES PECUÁRIOS PARA A DEFESA SANITÁRIA DO CONCELHO DE VINHAIS	02/08/1988	01/02/1990	94995	Associação sem fins lucrativos
502098406	SORTEGEL - PRODUTOS CONGELADOS, S.A.	13/07/1988	13/07/1988	10394	Sociedade anónima
502280344	NÚCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DE BRAGANÇA	08/05/1989	08/05/1989	94110	Associação empresarial sem fins lucrativos
503076376	ASSOCIAÇÃO PROTECTORA AMIGOS DO MAÇAS	08/07/1993	08/07/1993	94995	Associação sem fins lucrativos
503125016	AGRUPAMENTO DE PRODUTORES DO PARQUE NATURAL DE MONTESINHO, LDA.	29/11/1993	17/12/1993	01491	Sociedade por quotas
503305758	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CRIADORES DE SUINOS DE RAÇA BIZARA	02/08/1994	12/12/1994	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
503712914	CORANE - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DOS CONCELHOS DA RAIA NORDESTINA	12/07/1995	19/02/1996	94995	Agência e associação de desenvolvimento regional e local
503973386	ARBOREA - ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DA TERRA FRIA TRANSMONTANA	01/07/1997	25/09/1997	94995	Associação sem fins lucrativos



504004522	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA TERRA FRIA DO NORDESTE TRANSMONTANO	21/04/1995	03/12/2001	94110	Associações de autarquias locais - Associação de freguesias e de municípios de fins específicos
504740610	ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO PLANALTO MIRANDÊS	11/01/2000	14/03/2000	94110	Associação de direito privado
506215547	MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	01/04/1474	01/04/1474	84113	Autarquias locais
507876946	ASSOCIAÇÃO PARQUES COM VIDA	09/01/2007	13/04/2007	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
600013758	INSTITUTO POLITECNICO DE BRAGANÇA	26/12/1979	29/12/1982	85420	Estabelecimento de ensino superior público - Instituições de ensino politécnico

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Terras de Trás-os-Montes

Grupo Ação Local

Rural

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Norte	Terras de Trás-os-Montes	Bragança		25,00%
Norte	Terras de Trás-os-Montes	Miranda do Douro		25,00%
Norte	Terras de Trás-os-Montes	Vimioso		25,00%
Norte	Terras de Trás-os-Montes	Vinhais		25,00%

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

Património Natural e Cultural

O perfil morfológico do território da Terra Fria Transmontana (TFT) é fortemente marcado pela sua rede hidrográfica - bacias do Sabor e do Tua, que confluem, em vales encaixados, para o rio Douro e pelas serras da Coroa, Nogueira e Montesinho. Apresenta uma diversidade de climas que influenciam decisivamente as paisagens, os revestimentos vegetais, e a própria forma de ocupação e atividade humana. É uma região caracterizada, essencialmente, por uma agricultura de subsistência, que esteve relativamente isolada e, por isso, lhe permitiu guardar um conjunto de valores e saberes tradicionais.

Região de enorme valor ambiental e ecológico possui uma vasta extensão de áreas classificadas, com destaque para os Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional e para a Rede Natura 2000 - Sítios de Importância Comunitária (SIC) e Zonas de Proteção Especial (ZPE).

Possui um rico património cultural, material e imaterial, ainda relativamente preservado, que revela o conjunto de usos e costumes ancestrais e de saberes-fazer acumulados que transitaram ao longo de gerações no seio das respetivas comunidades.

A TFT possui também um património etnográfico e evocativo relevante com destaque para o Mirandês, 2ª língua oficial portuguesa – que se fala no concelho de Miranda do Douro e nalgumas aldeias do concelho de Vimioso, estendendo-se a zonas dos concelhos vizinhos de Bragança e de Mogadouro, num total de cerca 15 mil falantes.

Destaques ainda para o artesanato rico e diversificado e para a música tradicional. Nas festividades locais destacam-se, os Caretos, a Festa dos Rapazes e as feiras anuais de relevo nacional, Feira da Castanha e do Fumeiro.

Também a gastronomia regional é reconhecida pela sua qualidade, um conjunto de pratos tradicionais tem reconhecimento no plano nacional. A região apresenta também um conjunto de produtos classificados com Denominação de Origem Protegida (DOP): Carne Mirandesa, Cabrito Transmontano, Cordeiro Bragançano, Cordeiro Mirandês, Carne de Bísaro Transmontano, Castanha da Terra Fria, Mel do Parque de Montesinho e com Indicação Geográfica Protegida (IGP): Alheira de Vinhais, Butelo de Vinhais, Chouriça Doce de Vinhais, Salpicão e Chouriça de Vinhais, Chouriço Azedo de Vinhais, Presunto Bísaro de Vinhais, Batata de trás os Montes. Bem como um elevado valor cinegético, cerca de 37% do território é ocupado por zonas de caça. Estes potenciais de natureza histórico-cultural de elevada qualidade e genuinidade sofrem um conjunto de constrangimentos que limitam a sua preservação e valorização. O processo de diminuição e de envelhecimento da população, a insuficiência de meios das associações locais para prosseguir o trabalho de animação constituem alguns dos principais constrangimentos a ultrapassar.

A valorização dos potenciais naturais e culturais é fundamental para a preservação da bio-diversidade da TFT e para o reforço da identidade das comunidades da região. Constituem também importantes atrativos turísticos que, se explorados segundo modelos de sustentabilidade, podem contribuir para a auto-estima local e para a geração e fixação de rendimento para a economia da região.

População e Dinâmicas Demográficas na Terra Fria Transmontana

A demografia da Terra Fria Transmontana é caracterizada por duas tendências que se vêm acentuando em todas as regiões rurais do território nacional: A diminuição contínua da população e o envelhecimento da população

Com a população total residente de 56 558 habitantes em 2011, dos quais mais de 60% se concentram no município de Bragança, a TFT perdeu na última década cerca de 3,75% da sua população total. Os concelhos de Vinhais e de Vimioso apresentam as maiores perdas de população no período considerado (menos 14,8% e menos 12,2%, respetivamente), enquanto o concelho de Bragança apresenta um crescimento de cerca 1,7% durante o mesmo período. O concelho de Vimioso, o menos populoso da TFT com apenas 4669 habitantes, regista uma diminuição de cerca de 7% da população entre 2001 e 2011.

Estas dinâmicas acentuam as baixas densidades populacionais, apenas o concelho de Bragança registou um ligeiro crescimento de 2001 (29,6 hab/km²) para 2011 (30,1 hab/km²). Os outros concelhos registaram uma diminuição e apresentam valores claramente abaixo dos verificados nas NUT III e II. O concelho de Vimioso é o que apresenta a densidade populacional mais baixa, inferior a 10 hab/km², em 2011.

A análise por freguesia evidencia uma maior amplitude na variação da população, as freguesias correspondentes aos centros urbanos registam menores perdas, as freguesias mais afastadas dos centros urbanos registam perdas significativas estando nalguns casos em risco a massa crítica mínima indispensável à sustentabilidade de algumas povoações.

O envelhecimento da população é outra tendência marcante da evolução demográfica da TFT ao longo da última década, que pode ser verificada quer pela diminuição dos grupos etários mais jovens, quer pelo crescimento do grupo etário com mais de 65 anos. Estas mesmas dinâmicas estão refletidas no aumento dos índices de dependência, especialmente de idosos. À exceção do concelho de Bragança, em que aumentou o peso relativo do escalão 25-64 anos, que engloba grande parte da população em idade ativa, nos três restantes municípios verificou-se uma diminuição superior à registada pela NUT III o que reflete a dificuldade

destes territórios em fixar a população mais jovem.

A nível do ensino as situações mais desfavoráveis acontecem em Vimioso e Vinhais em que a população sem nível de escolaridade atinge, em 2011, 23,2% e 21,2%, respetivamente, ambos claramente acima dos valores registados pela NUT III (17,3%) e pela NUT II (10,3%). No concelho de Bragança a % de população sem nível de escolaridade (13%) é claramente inferior ao registado na NUT III, embora seja superior ao registado no conjunto da Região Norte. O concelho de Miranda do Douro (19,6%) situa-se numa posição intermédia relativamente aos restantes. No que respeita à população com ensino superior destaque para a dinâmica de crescimento registada pelos concelhos da TFT que, nalguns casos, mais que duplicaram os valores registados em 2001. Bragança registou um aumento de cerca 9% no período, claramente acima da evolução quer na NUT II (6%) quer na NUT III (4,5 %).

Atividade Económica e Emprego

O tecido económico da Terra Fria Transmontana é caracterizado pelo predomínio do setor terciário, cerca de 74,5% da população empregada na região trabalha neste setor, valor claramente superior ao verificado quer na NUT III (68,9%) quer na NUT II (61,1%). O emprego terciário da TFT é, predominantemente, em atividades de natureza social, apenas 42,1% do emprego do terciário está relacionado com atividades económicas, em linha com o registado na NUT III, mas o inverso do que se verifica na NUT II, em que o terciário económico (58,9%) tem um peso mais significativo que o terciário social (41,1%). O emprego no setor secundário tem uma expressão reduzida na TFT, apenas 18,2% do total da população empregue, abaixo do valor registado para a NUT III (19,8%) e claramente abaixo do registado para a NUT II (35,5%). Finalmente no que se refere à população empregue no setor primário a TFT apresenta valores (7,3%), claramente acima do verificado para a NUT II (2,9%) mas abaixo do valor da NUT III (11,3%).

Numa análise dinâmica, entre 2001 e 2011, verifica-se uma diminuição significativa da população empregue no setor primário, que a % de população empregue no setor secundário praticamente estabilizou, registando-se apenas pequenas variações positivas (Vinhais e Miranda do Douro) e negativas (Bragança e Vimioso), enquanto a % de população empregue no setor terciário registou um crescimento em todos os concelhos da TFT.

A análise do VAB das empresas por atividade económica confirma a conclusão anterior relativamente à importância das atividades económicas do setor terciário, as atividades que mais contribuem para a geração de valor acrescentado na TFT são as atividades terciárias. Destaque para a posição claramente dominante do concelho de Bragança que apresenta valores muito superiores aos restantes concelhos, principalmente no que respeita ao VAB nas "indústrias transformadoras", pela relevância de algumas empresas industriais, e nas "atividades para a saúde humana", em resultado da concentração na capital de Distrito de um conjunto de serviços de saúde de âmbito regional.

No setor agrícola existem produções convenientemente adaptadas que importa valorizar. As principais fileiras que caracterizam a TFT e que se inscrevem no âmbito de intervenção das DLBC rurais são as que seguidamente se apresentam: Floresta; Castanha; Vinho; Fumeiro tradicional; Produção de carne e derivados; Mel; Turismo em Espaço Rural.

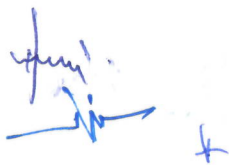
Desemprego

A análise do desemprego e das suas dinâmicas na TFT tem de ser considerada em paralelo com outras variáveis importantes como são a taxa de atividade e a taxa de emprego, que registam valores mais elevados na NUT II Região do Norte do que na TFT. Com efeito a situação do desemprego, avaliada pela taxa de desemprego, surge, em todos os concelhos da TFT, menos negativa do que a verificada na Região do Norte (14,5%). Apesar de elevada, a taxa de desemprego na TFT varia entre o máximo de 11,5% no concelho de Vinhais e 9,4% no concelho de Miranda do Douro.

Condições sociais

A TFT é uma das áreas mais desfavorecidas da Região do Norte e do País, além de ser um dos territórios com poder de compra mais baixo é confrontada com um conjunto de problemas de natureza social, nomeadamente relacionados com o envelhecimento e isolamento das populações. Em 2012 o índice de envelhecimento era muito elevado variando desde o mínimo de 183,2 em Bragança até 483,2 em Vinhais. A variação de 2001 para 2012, em Vinhais, foi de cerca de 200%.

A insuficiente oferta de emprego na TFT leva os mais jovens e ativos a saírem debilitando decisivamente a rede de apoio familiar que deveria constituir a primeira resposta às necessidades da população mais idosa. Na TFT, a população residente que vive com o apoio de pensões da SS, CGA, RSI, ou subsídios de desemprego é muito elevada o que evidencia a elevada dependência da população dos apoios públicos. No âmbito do Eixo 3 do PRODER, as IPSS desenvolveram algumas respostas inovadoras, sobretudo de serviço domiciliário, que têm contribuído para minorar os problemas de isolamento e da falta de acessibilidade aos serviços sociais.



Análise SWOT

Principais Oportunidades

- O potencial que representam os cerca de 500 mil transmontanos na diáspora
- A valorização e crescimento dos segmentos de mercado de turismo ambiental e cultural a nível internacional.
- A proximidade da TFT a outros territórios e destinos turísticos que já possuem visibilidade internacional e poder atrativo (Douro).
- A proximidade ao mercado espanhol,
- A valorização, pelo mercado, de produtos genuínos, de qualidade e biológicos.
- A utilização crescente das tecnologias de informação e comunicação
- O desenvolvimento da biotecnologia e de novos produtos com aplicação nas áreas da saúde, cosmética e energia aproveitando o potencial de biodiversidade da região.

Principais Pontos Fortes

- Um rico e diversificado valor ambiental e ecológico traduzido pela extensão das áreas classificadas – Parques naturais e sítios da rede natura
- Património cultural rico e relativamente preservado
- Conjunto de produtos genuínos classificados com DOP ou IGP
- Melhoria dos níveis de escolarização da população
- Presença de algumas fileiras de atividade económica nos setores florestal, agro-industrial e do turismo rural com potencial de crescimento e de exportação.
- A existência de instituições de ensino superior e o seu papel no desenvolvimento da região
- Algumas respostas inovadoras a nível social promovidas, sobretudo, pelas redes sociais.
- Histórico de Cooperação

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Principais Ameaças

- As alterações climáticas, o aumento da temperatura média e os períodos de seca afetam a atividade agro-florestal, e contribuem para o agravamento do risco de incêndios florestais.
- As políticas de consolidação orçamental afetam especialmente regiões como a TFT e a sua população, cujo rendimento é fortemente dependente dos apoios do Estado e limita a ação nos domínios social e cultural e patrimonial.
- A concorrência de outros territórios com recursos e características semelhantes à TFT que, configurando destinos turísticos concorrentes, disputam fluxos à região.
- A atração que as áreas mais dinâmicas do País e do estrangeiro exercem sobre a população jovem e ativa contribuindo para a sua saída.
- O enquadramento legislativo à ação das IPSS, desajustado relativamente ao contexto do País, e a sua variabilidade, coloca dificuldades de funcionamento.

Principais Pontos Fracos

- Dinâmicas demográficas regressivas e incapacidade de fixação de capital humano colocam em causa a sustentabilidade dos territórios rurais
- A insuficiente valorização do património natural e cultural da região enquanto ativos relevantes para a promoção do desenvolvimento local
- As fileiras produtivas da TFT confrontam-se com um conjunto de constrangimentos que condicionam a valorização das respetivas cadeias de valor
- A oferta de empregos na TFT é escassa o que leva as pessoas a partir para outros pontos do País e do estrangeiro onde os mercados de trabalho são mais dinâmicos.
- Uma população com necessidades crescentes de assistência num quadro de escassez de recursos e meios para responder a essas necessidades
- Carências em matéria de capital social e institucional na região

Da análise SWOT redonda que temos de transformar as ameaças em oportunidades e aproveitar estas, bem como minimizar os pontos fracos e potencializar os pontos fortes. Para tal temos os seguintes desafios: O desafio da demografia como evitar a persistente perda de população verificada nas últimas décadas ou, como fixar e atrair população, especialmente população jovem e ativa, para os territórios em perda. A fixação e atração de população para estas regiões é determinada por um aspeto principal, a existência de atividades económicas e de emprego que permitam inverter o ciclo de saída. O desafio da sustentabilidade dos territórios rurais, considerada na sua tripla dimensão – ambiental, social e económica como atrair iniciativa e investimento, como atrair visitantes, como chegar a mercados e consumidores de forma a assegurar, simultaneamente, a valorização dos recursos e a preservação do património natural e cultural da região, gerando atividade económica e emprego. A resposta a este desafio requer soluções inteligentes e ágeis assentes numa leitura das tendências de mercado e sobretudo de acesso a determinados nichos de mercado que valorizam a qualidade e a genuinidade dos produtos e de experiências que o território pode proporcionar. O desafio da coesão coloca-se, no território de intervenção, de forma particular aguda em relação à população mais envelhecida, muitas vezes isolada e com dificuldade em encontrar as respostas sociais para as suas necessidades. As ações a apoiar no âmbito da estratégia deverão abranger a globalidade do território e tirar partido das complementaridades existentes entre os diferentes espaços. O desafio da abertura ao exterior ou de como participar nas dinâmicas globais

Para tal é importante enquadrar a animação das dinâmicas territoriais em visões construídas de fora para dentro no sentido de identificar os nichos e as possibilidades de participação do território em nichos do mercado global, tirando partido dos seus ativos mais relevantes e específicos, promovendo a sua atratividade e acessibilidades que o desenvolvimento das TIC hoje proporcionam. O desafio da criação de capital social e do reforço da capacidade institucional A criação de um clima de confiança e de cooperação entre os atores locais é central nos processos de desenvolvimento endógeno como aquele que a presente estratégia pretende apoiar, enquanto condição indispensável à criação de condições para o desenvolvimento de projetos de maior envergadura e de interesse coletivo, nos planos económico, social e cultural, imprescindíveis para o desenvolvimento do território. O desafio da criação de capital humano Apesar dos progressos registados na FFT em matéria de criação de capital humano nos últimos anos, persistem ainda carências importantes nesta matéria em termos absolutos e comparativamente com o que se verifica na Região do Norte e no País. A presença no território de instituições de ensino superior e profissional pode desempenhar um papel muito importante na produção de oferta formativa adequada à resposta a necessidades concretas de desenvolvimento. Para atingir os resultados esperados: Um território sustentável, que valoriza os seus potenciais locais em favor do desenvolvimento económico, da criação de emprego, da geração e fixação de rendimento, em perfeita sintonia com a preservação dos valores ambientais e culturais, capaz de fixar e atrair população, novos investimentos e iniciativas e de gerar maior coesão social

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

A formulação da estratégia DLBC para o território de intervenção fundamenta-se nos resultados do diagnóstico estratégico do território e explora os cruzamentos entre os pontos fortes e as oportunidades (vantagens competitivas), os pontos fracos e as oportunidades (necessidades de reorientação), os pontos fortes e as ameaças (as necessidades de defesa), e capitaliza o conjunto de contributos fornecidos pelos principais stakeholders ao longo de sessões de trabalho e entrevistas que animaram o período da sua elaboração.

A estratégia, que seguidamente se explana, constitui uma resposta integrada aos principais problemas que se colocam ao desenvolvimento do território, construída segundo uma abordagem ascendente e estratégica, com o envolvimento de uma parceria pertinente que abrange os atores representativos dos diferentes domínios de intervenção e que combina virtuosamente os contributos dos instrumentos financeiros disponíveis - FEADER, FSE e FEDER.

A vocação específica da presente estratégia para o território de intervenção exprime-se através da seguinte visão:

Visão

Um território sustentável e coeso, que valoriza os seus potenciais locais em favor do desenvolvimento económico, da criação de emprego, da geração e fixação de rendimento, em perfeita sintonia com a preservação dos valores ambientais e culturais, capaz de fixar e atrair população, novos investimentos e iniciativas.

Objetivos

A formulação dos objetivos estratégicos atendeu aos resultados do diagnóstico e ao contributo potencial para a resposta aos desafios de desenvolvimento enunciados no quadro das prioridades de investimento estabelecidas no âmbito do FEADER, do FSE e do FEDER relativamente às DLBC rurais. A apresentação síntese de cada objetivo estratégico integra uma breve descrição e justificação, os objetivos específicos associados, os contributos para resultados esperados com explicitação do instrumento financeiro mais adequado ao respetivo enquadramento. São os que se apresentam seguidamente:

Obj 1 – Valorizar e divulgar o património ambiental e cultural da região contribuindo para o reforço da identidade das comunidades locais e para a dinamização de processos de desenvolvimento local

Este objetivo valoriza o potencial de diversidade e excepcional qualidade do património natural e cultural do território, em linha com o aproveitamento das oportunidades crescimento de mercado do turismo ambiental e cultural a nível internacional, proximidade a alguns destinos que já possuem visibilidade internacional e aplicação crescente das TICE na promoção de destinos turísticos e reserva de alojamentos. Contribui diretamente para os desafios sustentabilidade dos territórios rurais a abertura da região ao exterior. Este objetivo engloba ações de preservação, de valorização e de divulgação dos recursos naturais e paisagísticos e do património cultural (material e imaterial) do território e a sua articulação com dinâmicas de desenvolvimento socioeconómico local que contribuam para a geração de valor e para o reforço da identidade das comunidades locais.

Indicadores de resultado:- nº de dormidas em estabelecimentos em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos, estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural.

Enquadra os seguintes objetivos específicos:

1.1. (FEDER) - Proteger e valorizar o património histórico e cultural do território e promover a sua interpretação

Principais áreas de intervenção:

Preservação e promoção do património histórico e cultural do território, com elevado interesse turístico, através de ações de proteção e beneficiação, sinalização, interpretação, animação e divulgação

1.2. (FEDER) - Qualificar e valorizar o património natural e desenvolver suportes de apoio à sua visitação e interpretação

Principais áreas de intervenção:

Requalificação de infraestruturas, ações de conservação dos recursos naturais, sinalética, trilhos, rotas temáticas, estruturas de informação e de apoio à visitação, comunicação

Indicadores de realização:- aumento nº de visitantes

1.3. (FEADER) – Renovação de aldeias em territórios rurais

Principais áreas de intervenção

Renovação de aldeias, designadamente a elaboração de projetos, obras de recuperação e de beneficiação do património de interesse coletivo, sinalética de itinerários, elaboração e divulgação de material documental (FEADER);

Indicadores de realização:

-nº de projetos apoiados; - nº de beneficiários apoiados; - despesa pública.

Obj 2 – Apoiar a realização de pequenos investimentos que contribuam para o desenvolvimento da agricultura, para a transformação e comercialização de produtos agrícolas e para a diversificação da atividade económica das zonas rurais, contribuindo para o desenvolvimento das principais cadeias de valor presentes no território

Este objetivo valoriza o ponto forte presença no território de algumas cadeias de valor do setor agro-industrial com potencial de crescimento, de emprego e de exportação de produtos genuínos e de elevada qualidade, aproveitando o crescente reconhecimento e valorização que estes produtos têm no mercado. Este objetivo contribui diretamente para os desafios da sustentabilidade económica do território, do acesso aos mercados, do emprego e da coesão.

Este objetivo engloba projetos e ações que contribuam para a melhoria das explorações agrícolas, para a diversificação da atividade económica local, para a transformação, comercialização e produção de produtos agrícolas, para o acesso a mercados.

Indicadores de resultado:

-nº de explorações beneficiárias de projetos de reestruturação e de modernização;

- nº de empregos criados através de projetos Leader apoiados (diversificação)

Enquadra os seguintes objetivos específicos:

2.1. (FEADER) - Apoiar pequenos investimentos necessários ao desenvolvimento das explorações agrícolas;

Principais áreas de intervenção:

Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (até ao montante máximo de 25 mil euros) em equipamentos. pequenas construções. pequenas plantações. apoio à aquisição de equipamentos de

prevenção contra roubos

2.2. (FEADER) - Apoiar investimentos na modernização de unidades de transformação e de comercialização de produtos agrícolas

Principais áreas de intervenção:

Investimentos para a modernização de unidades de transformação e comercialização de produtos agrícolas (entre 10 mil e 200 mil euros) incluindo, nomeadamente, a construção, aquisição, locação ou requalificação de bens imóveis, equipamentos, estudos, auditorias, planos de marketing, branding.

2.3. (FEADER) - Apoiar a diversificação de atividades na exploração para atividades não agrícolas

Principais áreas de intervenção:

Investimentos na diversificação de atividades agrícolas para outras não agrícolas (entre 10 mil e 200 mil euros) incluindo, nomeadamente, projetos, remodelação e reconstrução de construções, aquisição de equipamentos, viaturas necessárias à concretização do projeto.

2.4. (FEADER) - Desenvolver circuitos curtos de distribuição e de comercialização

Principais áreas de intervenção:

Investimentos na criação de circuitos curtos de distribuição e comercialização (entre 10 mil e 200 mil euros) incluindo, nomeadamente, a criação dos circuitos, a elaboração de estudos e projetos, obras para a construção, remodelação de edifícios, outras despesas relacionadas com a atividade comercial.

2.5. (FEADER) – Promoção de produtos locais de qualidade

Principais áreas de intervenção:

Desenvolvimento de atividades de informação e promoção específica dos produtos locais (entre 5 mil e 200 mil euros de investimento, 400 mil euros no caso de parcerias com mínimo de 3 produtos), nomeadamente os abrangidos por regimes de qualidade, incluindo despesas com estratégias de marketing, ações de promoção e publicidade e aquisição de serviços especializados na matéria.

Indicadores de realização: n.º de projetos apoiados; n.º de beneficiários apoiados; despesa pública

Obj 3 – Promover o emprego, a empregabilidade e a coesão social

Este objetivo engloba ações que apoiam a criação de emprego e a empregabilidade junto dos públicos-alvo mais afetados por situações de desemprego, de forma a combater situações de pobreza e de exclusão social.

Este objetivo enfrenta diretamente duas fragilidades centrais do território, a falta de emprego e a saída da população mais dinâmica para o exterior. Contribui direta e decisivamente para a resposta aos desafios da sustentabilidade dos territórios e da coesão.

Indicadores de resultado: - n.º de pessoas que permanecem empregadas 12 meses após a obtenção de apoio à criação de emprego

Enquadra o seguinte objetivo específico:

3.1. (FSE) - Promover o empreendedorismo, a criação do próprio emprego e de empresas por inativos ou beneficiários de prestações de desemprego;

Principais áreas de intervenção:

Criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.

Indicadores de realização:

- n.º de pessoas sem atividade e de beneficiários de prestações sociais de desemprego apoiadas

Obj 4. Apoiar a criação de empresas e a criação do próprio emprego e a expansão de micro e pequenas empresas

Este objetivo engloba o apoio a projetos e ações que promovam o empreendedorismo, a criação do próprio emprego e a criação de novas empresas por inativos e desempregados e que contribuam para a expansão das micro e pequenas empresas locais. Procura combater diretamente a insuficiente capacidade de empreendimento e alguns constrangimentos de investimento que se colocam ao desenvolvimento das atividades económicas locais, proporcionando condições de apoio à criação e expansão de empresas, nomeadamente dirigidas à valorização dos recursos endógenos. A sua consecução contribui para os desafios da sustentabilidade, especialmente na sua dimensão económica e da coesão.

Indicadores de resultado: - n.º de postos de trabalho criados

Enquadra os seguintes objetivos específicos:

4.1. (FEDER) - Apoiar investimentos para a criação de atividade por conta própria, de pequenas empresas e de microempresas;

Principais áreas de intervenção:

Despesas de investimento relacionadas com o desenvolvimento dos projetos

4.2. (FEDER) - Apoiar investimentos de expansão de pequenas e microempresas e pequenos negócios

Principais áreas de intervenção:

Despesas de investimento relacionadas com o desenvolvimento de projetos



Indicadores de realização:- nº de empresas que beneficiaram de apoios;-emprego líquido criado nas empresas apoiadas

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

Os mecanismos de envolvimento dos atores relevantes para implementação da EDL na dinamização da parceria e acompanhamento dos resultados alcançados, susceptíveis de gerar eventuais ajustamentos à EDL são os seguintes:

- O modelo organizacional, focalizando aquelas responsabilidades em 2 órgãos: Assembleia de Parceiros (AP), e um outro de carácter técnico/consultivo da mesma: Comissão de Acompanhamento (CA);
- O modelo de gestão participativa da parceria - a abordagem "bottom-up";
- Os mecanismos de avaliação internos e externos (ver secção própria neste formulário).

A CA é composta por agentes relevantes para o acompanhamento da execução da EDL, num total de 26 entidades representativas dos diferentes sectores relevantes para o território (estando aberta à participação de outras entidades cujo perfil se adegue à missão da CA).

Uma vez que a AP congrega todos os agentes locais relevantes para a execução da EDL, o seu funcionamento garante a efetiva participação destes nessa mesma execução. Será essa a finalidade do modelo de gestão participativa a imprimir à parceria e que se materializará nas diferentes fases de implementação da EDL: a) a sua divulgação e publicitação; b) a sua animação e dinamização territorial e c) a difusão dos seus resultados.

No respeito da lógica "bottom-up", caberá ao Órgão de Gestão mobilizar a Assembleia de Parceiros e estimular o seu funcionamento de tal forma que essa dinâmica constitua, em si mesmo, o principal dispositivo de participação dos parceiros na elaboração/execução da EDL, uma vez que é naquele órgão que se concentram os stakeholders relevantes para o efeito. Tal foi já conseguido na forma participada como foi elaborada a EDL (na pré-qualificação).

Este modelo de gestão participativa será também implementado nas três fases de implementação referidas acima (divulgação-animação-difusão).

Como dispositivo de referência, a Parceria recorrerá ao modelo das Redes Temáticas (ver secção dedicada aos mecanismos de acompanhamento/avaliação), como forma de mobilizar e criar as dinâmicas entre parceiros susceptíveis de garantir a máxima eficácia da execução da EDL no respeito da lógica "bottom up". Serão criados, sob coordenação do Órgão de Gestão, 3 grupos de trabalho/redes temáticas: 1º) Divulgação EDL; 2º) Animação EDL; 3º) Difusão dos resultados e Boas Práticas. Integrarão estes grupos de trabalho membros da Assembleia de Parceiros a título voluntário.

Caberá a cada Grupo de Trabalho (que contará com um Animador e Coordenador) definir um Plano de Trabalho que promova a lógica "bottom up" nas três fases de implementação da EDL.

No caso da divulgação da EDL, será preocupação da Parceria (via Grupo de Trabalho) garantir formas de publicitação que garantam a maior abrangência territorial possível, qualidade e pertinência da informação disponibilizada à população e instituições locais, igualdade de oportunidades no acesso aos financiamentos, etc.

Quanto à animação da EDL, a parceria procurará as soluções que respeitem o carácter participativo da sua gestão, procurando uma apropriação plena da EDL pelo seus agentes e a desejada promoção dos recursos endógenos do território.

Por fim, ao grupo de trabalho focado na difusão dos resultados da EDL, caberá garantir que os diferentes meios a utilizar para o efeito (descritos em sede de pré-qualificação) contribuem para reforçar a participação dos agentes locais e o espírito de pertença à EDL.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

A verificação ex-ante da coerência da EDL com as principais estratégias nacionais e regionais com incidência no território de intervenção é uma condição intrínseca da qualidade da proposta que se submete em candidatura. Procedeu-se, assim, à análise da coerência da candidatura relativamente ao Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, ao Programa Norte 2020 e à Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da CIM das Terras de Trás-os-Montes.

Conforme seguidamente se apresenta, é densa a relação entre os objetivos estratégicos da EDL e as prioridades e objetivos estabelecidos em cada um dos instrumentos referidos, assim:

A coerência entre a EDL e o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente é bem evidente sobretudo

no forte alinhamento existente entre os objetivos 1, 2 e 4 da EDL e as prioridades 1, 2, 3 e 6 do PDR, nomeadamente em matéria do apoio à inovação, a pequenos investimentos nas explorações agrícolas, a pequenos investimentos na transformação e qualificação, a investimentos de diversificação de atividades na exploração, no desenvolvimento de circuitos comerciais curtos e dos mercados locais, na promoção de produtos locais de qualidade, na renovação de aldeias, na animação do processo de desenvolvimento local e capacitação dos respetivos atores.

A coerência entre a EDL e os objetivos prioritários estabelecidos no Programa Norte 2020 é também muito consistente, com destaque para os alinhamentos entre os objetivos seguintes:

- Objetivo 1 da EDL com, principalmente, a prioridade 6 do Programa Norte 2020, no que respeita à conservação, proteção e promoção do património natural e cultural do território de intervenção e do seu aproveitamento para o desenvolvimento do turismo;
- Objetivo 2 da EDL e as prioridades 1,3 e 8 do Programa Norte 2020, nomeadamente em matérias de promoção de sinergias entre empresas e centros de I&D para aproveitamento de recursos endógenos do território, inovação social e eco inovação, para a promoção do espírito empresarial, do empreendedorismo, do desenvolvimento de novas atividades e produtos, de pequenos investimentos e empresas, da sustentabilidade do emprego;
- Objetivo 3 da EDL e as prioridades 8, 9 e 10 do Programa Norte 2020, nomeadamente em matérias de apoio à criação do próprio emprego, programas de acesso ao emprego, inclusão social e combate à pobreza, investimento em formação e desenvolvimento de competências;
- Objetivo 4 da EDL é transversal e contribui para todas as prioridades do Programa Norte 2020, especialmente as 10 e 11, no que respeita à capacitação institucional dos atores locais, reforço de redes de cooperação, produção de competências indispensáveis ao reforço dos processos de desenvolvimento local.

A coerência entre a EDL e a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da CIM das Terras de Trás-os-Montes é confirmada pelo alinhamento existente entre os respetivos objetivos nomeadamente no que diz respeito aos seguintes aspetos:

- O contributo do objetivo 1 da EDL para a consecução dos objetivos 2 e 3 da Estratégia de Desenvolvimento das Terras de Trás-os-Montes nomeadamente em matéria de valorização do património natural e cultural, da criação de rede de rotas turísticas, da promoção de eventos culturais da região, da interpretação do património;
- O contributo do objetivo 2 da EDL para a consecução dos objetivos 1,2 e 4 da Estratégia de Desenvolvimento das Terras de Trás-os-Montes, nomeadamente em matérias como a valorização económica dos recursos endógenos, o fortalecimento do setor agropecuário, florestal e cinegético, o empreendedorismo e a cooperação, a formação e a capacitação dos agentes económicos, a criação de empresas e a inovação, o desenvolvimento do turismo, o marketing territorial, a coesão territorial;
- O contributo do objetivo 3 da EDL para a consecução dos objetivos 5 e 8 da Estratégia de Desenvolvimento das Terras de Trás-os-Montes, em matérias como a inclusão social, a promoção da escolarização, o empreendedorismo social e a formação profissional, a criação de emprego;
- O objetivo 4 da EDL está principalmente alinhado com o objetivo 9 da Estratégia de Desenvolvimento das Terras de Trás-os-Montes em matéria de capacitação das administrações e organismos públicos mas, pela sua grande transversalidade, contribui também para grande parte dos restantes objetivos, nomeadamente em aspetos como a facilitação de redes de cooperação entre atores locais, nomeadamente entre empresas, centros de I&D e organizações com intervenção na área social, a cooperação entre agentes e operadores no setor do turismo com vista à qualificação de produtos turísticos e sua promoção, o reforço de redes de atores a operar no domínio social de forma a criar novas respostas a necessidades não satisfeitas, à capacitação técnica dos atores locais de forma a favorecer o desenvolvimento de novos modelos de governação local. A articulação da EDL com a Estratégia de Desenvolvimento das Terras de Trás-os-Montes é também confirmada pelo contributo adicional que vem trazer nomeadamente na mobilização do FEDER para fazer face a necessidades infraestruturais do território.

Acresce o facto de a CIMTT integrar a comissão de acompanhamento e avaliação do GAL CoraNE e esta integrar os Stakeholders da região com contributo para a elaboração da Estratégia da CIM, o que garante condições virtuosas de complementaridade e sinergia, contribuindo para a convergência de objetivos e resultados que ambos as organizações se propoem atingir.

O GAL Corane manifesta a sua determinação em reforçar, a coerência da EDL com outros programas e intervenções que entretanto venham a ser desenhados para o território.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

O Programa de Ação que corporiza a presente estratégia desenvolve-se de forma coerente com a estrutura de objetivos já apresentada em ponto anterior (Estratégia de Objetivos e Vocação específica DLBC). A sua construção tomou em consideração o devido enquadramento nas Prioridades de Investimento DLBC definidas no âmbito do PO Norte e do PDR 2020, conforme explicitado no convite para apresentação de candidaturas. A estratégia DLBC organiza-se de acordo com um conjunto de objetivos estratégicos que definem os Eixos que estruturam a DLBC. No âmbito de cada Eixo explicitam-se os objetivos específicos, que constituem as medidas a implementar e, para cada uma delas os resultados a alcançar conforme os indicadores e as metas propostas. Apresenta-se seguidamente uma leitura da Estratégia e do Programa de Ação segundo as Prioridades de Intervenção pertinentes para as estratégias DLBC rurais. PO NORTE 2020 PI 6c "Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural – FEDER No âmbito desta prioridade de investimento enquadra-se o Eixo da DLBC: 1 – Valorizar e divulgar o património ambiental e cultural da região contribuindo para o reforço da identidade das comunidades locais e para a dinamização de processos de desenvolvimento local Que enquadra as Medidas: 1.1. Proteger e valorizar o património histórico e cultural do território e promover a sua interpretação 1.2. Qualificar e valorizar o património natural e desenvolver suportes de apoio à sua visita e interpretação. Os resultados a alcançar em cada medida são os seguintes: 1.1.- 6 Projetos; Aumento do número esperado de visitantes: 300 até 2018 e 800 até 2023; Incremento de dormidas em estabelecimentos hoteleiros: 150 até 2018 e 400 até 2023; 1.2.- 1 Projeto; Aumento do número esperado de visitantes: 300 até 2018 e 800 até 2023; Incremento de dormidas em estabelecimentos hoteleiros: 150 até 2018 e 400 até 2023; PI 8a "Apoio ao desenvolvimento da atividade por conta própria, às micro empresas e criação de empresas e microempresas – FEDER No âmbito desta prioridade de investimento enquadra-se o Eixo da DLBC: 4. Apoiar a criação de empresas e a criação do próprio emprego e a expansão de micro e pequenas empresas Que enquadra as Medidas: 4.1. Apoiar investimentos para a criação de atividade por conta própria, de pequenas empresas e de microempresas; 4.2. Apoiar investimentos de expansão de pequenas e microempresas e pequenos negócios Os resultados a alcançar em cada medida são os seguintes: 4.1 - 3 Projetos; 3 Empresas beneficiarão do apoio até 2018, com 3 postos de trabalho criados; 4.2 - 40 Projetos; 30 Empresas beneficiarão do apoio até 2018, e 10 até 2023, postos de trabalho criados: 20 até 2018 e 6 até 2023; PI 8iii "Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas - FSE No âmbito desta prioridade de investimento enquadra-se o Eixo da DLBC: 3 – Promover o emprego, a empregabilidade e a coesão social Que enquadra a Medida: 3.1. Promover o empreendedorismo, a criação do próprio emprego e de empresas por inativos ou beneficiários de prestações de desemprego Os resultados a alcançar em cada medida são os seguintes: 3.1 – 30 Projetos; 30 pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, em que 100% destas permanecem 12 meses após o fim do apoio. PDR 2020 Medida 10 LEADER – Desenvolvimento Rural – LEADER No âmbito desta prioridade de investimento enquadra-se o Eixo da DLBC: 2 – Apoiar a realização de pequenos investimentos que contribuam para o desenvolvimento da agricultura, para a transformação e comercialização de produtos agrícolas e para a diversificação da atividade económica das zonas rurais, contribuindo para o desenvolvimento das principais cadeias de valor presentes no território Que enquadra as Medidas: 2.1. Apoiar pequenos investimentos necessários ao desenvolvimento das explorações agrícolas 2.2. Apoiar investimentos na modernização de unidades de transformação e de comercialização de produtos agrícolas 2.3. Apoiar a diversificação de atividades na exploração para atividades não agrícolas 2.4. Desenvolver circuitos curtos de distribuição e de comercialização 2.5. Promoção de produtos locais de qualidade Os resultados a alcançar em cada medida são os seguintes: 2.1. - 115 Projetos/beneficiários apoiados; Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização: 43,5% até 2018 e 56,5% até 2023; 2.2 – 10 Projetos/beneficiários apoiados; Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização: 30% até 2018 e 70% até 2023; 2.3 – 20 Projetos/beneficiários apoiados; Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização: 30% até 2018 e 70% até 2023; 2.4 – 8 Projetos/beneficiários apoiados; Empregos criados através de projetos LEADER apoiados: 3 empregos criados até 2018 e 5 até 2023; 2.5 - 8 Projetos/beneficiários apoiados; Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização: 37,5% até 2018 e 62,5% até 2023; E ainda a Medida: 1.3. Renovação de aldeias em territórios rurais do Eixo 1 da DLBC, já anteriormente apresentado. Os resultados a alcançar nesta medida são os seguintes: 1.3. – 8 Projetos; Despesa Pública: 180 mil € até 2018 e 300 mil € até 2023; Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização: 37,5% até 2018 e 62,5% até 2023;

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	projetos de criação do proprio emprego	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	36,00	61,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	40,00	50,00	1 339 625,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos/beneficiários apoiados	24,00	80,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	12,00	40,00	773 439,77€
99.M10 - LEADER	FEADER	pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos/beneficiários apoiados	2,00	7,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	4,00	426 238,70€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de actividades na exploração	Projetos/beneficiários apoiados	7,00	14,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3,00	6,00	776 262,54€
99.M10 - LEADER	FEADER	cadeias curtas e mercados locais	Projetos/beneficiários apoiados	2,00	5,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	4,00	200 416,87€
99.M10 - LEADER	FEADER	promoção de produtos de qualidade locais	Projetos/beneficiários apoiados	1,00	6,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	5,00	378 251,56€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias (em territórios rurais).	Projetos apoiados	2,00	6,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	33,30	100,00	268 163,42€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	projetos de criação do proprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Empresas que beneficiam de apoio	1,00	3,00	Postos de trabalho criados	1,00	4,00	56 264,25€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação novas empresas e pequenos negócios	Empresas que beneficiam de apoio	7,00	33,00	Postos de trabalho criados	9,00	47,00	668 740,80€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Proteção , valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	131,00	522,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,07	0,26	51 441,60€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Proteção , valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	68,00	273,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,34	0,14	27 328,35€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)



Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	
99.M10 - LEADER	FEADER	promoção de produtos de qualidade locais	Nº de produtos locais incluídos em acções de promoção	15,00	25,00				200 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	pequenos investimentos na transformação e comercialização	Empresas apoiadas	7,00	8,00				350 000,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Nº Estratégias				Efeito multiplicador do Investimento público no investimento privado	0,80	1,40	0,00€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FSE	1 339 625,00€
FEADER	2 822 772,86€
FEDER	803 775,00€
Total	4 966 172,86€

Pressupostos

Os pressupostos que sustentam a definição dos objetivos e resultados a alcançar apresentados na proposta de contratualização (PC) por fundo são os seguintes: - Robustez do Diagnóstico; - Coerência e proporcionalidade com o Histórico do GAL/Corane; - Razoabilidade. - As dinâmicas territoriais, baseadas nas intenções de candidatura detectadas em sede de aviação externa. A PC resulta, pois, do cruzamento dos objetivos e vocação específica da EDL em resultados (de execução física e financeira) a atingir no respectivo período temporal considerado com os Fundos disponíveis e respectivas Medidas. O pressuposto mais relevante e que melhor justifica a PC é a confiança que depositamos nos resultados do Diagnóstico da situação territorial e na coerência e pertinência com que o Programa de Ação e Investimentos foi desenhado perante as necessidades diagnosticadas. O nosso historial em termos de número de projectos apoiados no período de programação anterior foi de 149. A PC contempla 134 projectos, sem os do Regime Simplificado, evidenciando não apenas a sua consistência com o histórico, mas também a sua razoabilidade. Para todas as Medidas mobilizadas para a EDL em que tal exercício era possível, os resultados alcançados nos períodos de programação anteriores (designadamente do PRODER no geral, e a da implementação pela CoraNE do LEADER - Sub programa 3 do PRODER) foram utilizados como ponto de referência para a definição dos objetivos a atingir até 2022, recorrendo a critérios de consistência e proporcionalidade. Nestas Medidas, foram também consideradas as intenções de candidatura registadas nos inquéritos preenchidos pelos beneficiários do período de programação anterior. Para as restantes Medidas em que este exercício não era possível (por não existir correspondência direta com as ações implementadas nos períodos de programação anteriores), a CoraNE possui, desde a sua génese, conhecimento e trabalho de grande relevo nestas temáticas, quer enquanto dinamizador, quer no apoio a projetos. As estimativas do GAL CoraNE, baseada no seu conhecimento territorial foi, por isso, determinante enquanto critério prospectivo, a par das orientações estratégicas/prioridades da EDL extraídas do diagnóstico. As metas das Medidas "Renovação de Aldeias" e "Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO" tiveram ainda como condicionante os limites impostos no Aviso de Candidatura. No caso das Medidas dirigidas ao apoio a desempregados (no FEDER e FSE), a definição das metas a atingir seguiu também uma lógica de proporcionalidade entre o território de intervenção do Gal CoraNE e o da região Norte. Tendo por base a dotação orçamental do Fundo para a região (30 milhões de Euros) e o número de desempregados a apoiar (900), calculou-se um apoio médio por desempregado de 33.333€. Para a definição do número de desempregados a incluir na PC, utilizamos um critério de proporcionalidade com base no peso relativo do número de desempregados inscritos nos centros de emprego do IEFP no território da TFT (2.525) em relação à região Norte (total de 229.702). Este peso relativo (1,1%) foi depois aplicado ao total de desempregados inscritos na TFT (resultando num total de 33 indivíduos alocados na sua maioria ao FSE e cerca de 10% ao FEDER.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

A parceria pretende dar continuidade a alguns projetos com provas dadas no passado (Ambiempleate, Wolf, Wild Life and Farmers, QTA; Aldeias de Portugal, Rota do Volfrâmio Caminhos de Santiago, Parques com vida; Smartravel, Timepyme, RIDER, BIOBASE), pese o facto do sucesso alcançado em termos de resultados, muito ainda há para fazer quanto à organização da oferta, à inovação, ao recurso a TIC's e à introdução de temáticas inovadoras e apostar em 4 ÁREAS TEMÁTICAS :

1 – Qualificação e Diversificação da Oferta Turística/ Conservação da Natureza

Objetivos: Desenvolver novos produtos; Integrar a oferta; Divulgar projetos; Divulgação do património; Valorizar áreas protegidas - Promover o turismo sustentável (animação turística, turismo equestre) Metas: 3 novos produtos (Dark Sky; Rotas Cénicas; Ciclovía de longa distância com ligação à EUROVELO); Aumento da procura em 19%; Melhoria na qualidade e diversidade da oferta; Aumentar os dias de permanência; Criação de 20 postos de trabalho. Valias: Valorização do território no seu todo; Aumento do rendimento das empresas; criação de novos postos de trabalho

2 – Produtos locais endógenos/Fileiras

Objetivos: Promover o crescimento de projetos anteriormente financiados; Apostar nos produtos de qualidade (biológicos, dop, ipp); Mix farming; Valorizar os setores da castanha, micologia; mel; fumeiro; Organizar a oferta encurtando a rede de intermediários; Obter escala para a internacionalização; Promover a transformação destes produtos - inovação

Metas: Acréscimo de 20% anual no rendimento dos produtores; Criação de 5 novos produtos derivados-inovação até 2023; Exportar 1/3 da produção anual;- Escoamento total dos produtos. Valias: Acréscimo do rendimento da população; Dinâmicas comerciais no território

3 – Empreendedorismo/Inovação

Objetivos: Estimular competências e empreendedorismo; Novos negócios/produtos; Promover a criatividade/Inovação; Ganhar competitividade; Fomentar o desenvolvimento dos setores de atividade/áreas de produção; Adotar novos instrumentos e metodologias (Lean manufacturing, benchmarking); Inovar no produto/processo; Criar e manter postos de trabalho. Metas: Criação de 10 novos negócios até final de 2023; Melhoria da qualidade de 15 produtos; 5 novos produtos até 2018; Criação de 20 postos de trabalho até 2023; Valias: Gerar emprego; Criar riqueza; combater o êxodo.

4- Inclusão/ Cidadania e animação territorial

Objetivos/metas-Empreendedorismo social e feminino; Capacitação de grupos vulneráveis; combater o isolamento social; Conciliação da vida familiar / profissional. Valias: Reforçar os princípios e práticas do LEADER; democracia participativa, capacitação e animação das comunidades.

Parceiros: Os nossos parceiros naturais são os outros GAL, mas também os municípios e Associações de produtores e entidades de ensino superior e empresas do meio rural.

Países: Por razões de proximidade e laços de confiança construídos nas últimas duas décadas, os nossos parceiros naturais são os Espanhóis, mas também Franceses e Italianos, e estreitar laços com países lusófonos, Polacos, Estónios e os mais recentes aderentes à UE.

A parceria não vê a Cooperação como algo complementar, mas como parte integrante da estratégia. Temos um histórico de cooperação reconhecido que nos orgulha, no entanto não são os prémios que nos movem mas a criação de riqueza para o território.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

A parceria Terra Fria 14-20 define um modelo organizacional cujo circuito de procedimentos garante a participação ativa de todos os elementos que a constituem, associados e protocolados, e que estabelece a segregação de funções técnicas e de decisão, para a gestão de futuros fundos públicos. A composição da parceria compreende 18 entidades, representativas dos diferentes agentes socioeconómicos dos diversos sectores, bem como entidades públicas de influência no território, cujo papel ativo no desenvolvimento local é inegável. A sua composição foi fortalecida, através da integração de quatro novas entidades (protocoladas) com representatividade no território: CLAS; Cooperativa Agrícola VNH; Ass. Parques com Vida e Sortegel. A parceria rege-se pelo regulamento que define as normas de funcionamento da Parceria Territorial – Terra Fria 14-20 (Em Anexo), obedecendo aos regulamentos aplicáveis para a dinamização dos instrumentos de DLBC. Esta parceria tem por missão garantir que a EDL para a Terra Fria 14-20 seja dinamizada, executada, gerida, monitorizada e avaliada de forma eficiente, transparente e participada. Para a Coordenação e gestão da atividade foram constituídos e aprovados em Assembleia os seguintes órgãos: Assembleia de Parceiros (AP); Órgão de Gestão (OG); Comissão de Acompanhamento (composição, atribuições, competências, membros, organização das reuniões em ANEXO: Regulamento da Parceria Territorial). A Assembleia de Parceiros é construída pela totalidade dos parceiros. É o Órgão deliberativo da parceria; elege e destitui o Órgão de Gestão; participa na elaboração da EDL, aprova e acompanha a sua execução. O Órgão de Gestão, aprovado em A.P a 23 de Julho de 2015 (ata em anexo), é composto por 7 elementos que refletem de forma proporcional a composição da Parceria Territorial. A entidade eleita para presidir o OG presidirá igualmente a Mesa da Assembleia de Parceiros. Ao Órgão de Gestão compete, nomeadamente: – Garantir de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da EDL; – Assegurar a participação dos parceiros locais na implementação, acompanhamento e avaliação da EDL e cumprir com as recomendações decorrentes dessa participação e, se necessário, propor alterações, de forma a alcançar os objetivos propostos; – Representar a Parceria junto das autoridades nacionais e comunitárias; – Elaborar o seu Regulamento Interno de funcionamento.

À Comissão de Acompanhamento cabe reunir ordinariamente, anualmente, com vista à emissão do parecer sobre o relatório de execução a submeter à Assembleia de Parceiros, bem como, extraordinariamente sempre que tal for necessário. Compete à Comissão de Acompanhamento: – Monitorizar e elaborar recomendações, assim como avaliação intercalar com um elemento da ETL, ao longo da implementação da EDL. A avaliação integrará uma empresa externa, sendo efetuada de dois em dois anos, e uma no final; – Assegurar a divulgação e acompanhamento das atividades de animação; – Elo de ligação territorial.

À Coordenadora da equipa técnica compete: a) Coordenar a ETL; b) Representar a ETL nas reuniões dos corpos sociais; c) Todas as competências que, por inerência do cargo ou delegação de poderes, lhe venham a ser atribuídas. O técnico administrativo, terá por funções assessorar a equipa técnica nas atividades de expediente, telefone, entre outras competências inerentes ao cargo. O técnico de contabilidade terá por funções organizar dossiers contabilísticos e manter atualizados todos os registos e obrigações fiscais, bem como, apoiar na elaboração de pedidos de reembolso do GAL. Os técnicos FEADER, FEDER e FSE terão por funções: ações de divulgação do programa no território; prestar esclarecimentos aos promotores; análise de candidaturas e emissão pareceres técnicos- a serem validados pela Coordenação e posteriormente pelo Órgão de Gestão; acompanhamento da execução física e financeira dos investimentos; resposta aos controlos efetuados por entidades fiscalizadoras – contraditórios; organização de dossiers técnicos e financeiros; O técnico de monitorização e comunicação tem como funções principais acompanhar o desempenho do GAL, assim como controlo de indicadores, execução financeira e material e divulgação do desempenho para o exterior e órgãos superiores, bem como dinamizar ações de animação e promoção do território. Os documentos e instrumentos de acompanhamento a utilizar pelos técnicos da ETL são: mapas de controlo de projeto, para verificação do cumprimento de prazos previstos em contrato; quadros de execução dos projetos aprovados, para uma avaliação constante do nível de execução global da EDL; pareceres técnicos de pedidos de alteração; verificação do cumprimento do proposto em PA; Relatórios de controlo; Relatórios Finais, onde constem os dados relativos a todo o processo de implementação da EDL; Ações de Acompanhamento in loco, durante e no final do projeto. O controlo de execução, respeita o princípio da segregação de funções.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

Os mecanismos de avaliação da EDL foram desenhados de acordo com as orientações do Ano Internacional da Avaliação (EvalYear2015), resultando numa abordagem de Avaliação Participativa. As opções metodológicas tiveram como referências o modelo organizacional escolhido e o processo de envolvimento com as comunidades locais. Desenhou-se uma metodologia de avaliação:

- Consistente com a gestão participativa da parceria e o modelo de governação;
- Coerente com a lógica “bottom-up” do DLBC;
- Promotora de transparência e rigor, incorporando uma dimensão de avaliação externa.

O modelo organizacional da EDL, integra uma Comissão de Acompanhamento (CA) que terá como funções a monitorização e avaliação interna (MAI) da EDL durante todo o período da sua implementação no território. A avaliação externa independente (AEI), sob coordenação da CA produzirá relatórios de avaliação intercalares de 2 em 2 anos e um relatório final.

A MAI terá como foco a monitorização dos indicadores de realização e resultado da EDL, enquanto a AEI acrescerá a detecção de efeitos e impactos, tendo por referência os objectivos estratégicos da EDL. A abordagem metodológica da AEI será coerente com as características de gestão participativa da EDL. Para o efeito, será elaborado um caderno de encargos detalhado para a respetiva seleção de serviços especializados em AEI.

COERÊNCIA COM O ESPÍRITO BOTTOM-UP

Esta coerência é garantida por 2 opções técnicas. A primeira consiste, em alinhar a metodologia de avaliação interna (Avaliação Participativa) com o modelo de gestão participativa preconizado para a implementação da EDL; a segunda reside na atribuição primordial à AEI em providenciar os juízos de valor quanto à capacidade do GAL/Assembleia de Parceiros (e com que resultados e impacto) em incorporar a abordagem “bottom-up” na implementação da EDL.

MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA

No exercício das atividades de acompanhamento permanente da EDL serão produzidos conteúdos informativos a integrar nos respetivos instrumentos de monitorização estratégica:

- Acompanhamento da execução física e financeira da EDL;
- Programação e execução de atividades regulares de monitorização estratégica e avaliação interna, no sentido de gerar e recolher informação quanto à implementação da EDL.
- Análise de risco: a monitorização estratégica da EDL atenderá à incerteza inerente ao cumprimento dos seus objetivos.

MECANISMOS DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO INTERNOS DA EDL

A avaliação participativa (interna), da responsabilidade da Comissão de Acompanhamento integrará os seguintes mecanismos de monitorização:

- Reunião dos órgãos relevantes do modelo organizacional aprovado (nomeadamente a Assembleia de Parceiros), onde serão integrados, nas respetivas ordens de trabalho, pontos de situação da implementação da EDL e os resultados alcançados face aos objetivos estratégicos e específicos a atingir;
- Painéis de avaliação de resultados: Redes Temáticas constituídas por entidades da Assembleia de Parceiros e por outras personalidades/peritos externos entendidos como cruciais para testemunhar e analisar criticamente os resultados das ações da EDL. Estas redes temáticas serão animadas segundo o modelo das comunidades de prática de E. Wenger, tendo como função não apenas monitorizar os indicadores de execução e resultado da EDL, mas também a produção e partilha de conhecimento sobre a acção desenvolvida pelo GAL no território.

INSTRUMENTOS

- Monitorização de uma Bateria de Indicadores Estratégicos (BIE) com base nos resultados esperados para a implementação da EDL declinados em indicadores de execução e de resultados quantificáveis da EDL. A definição da BIE atende aos Eixos Temáticos e Objetivos Estratégicos definidos para a EDL;
- Edição e publicação de Folha Estatística em formato digital como suporte à monitorização da BIE. A periodicidade do instrumento será crescente durante o período de vigência da EDL, perspetivando uma publicação semestral até 2018 e trimestral até final da implementação da EDL. Esta folha estatística integrará a análise de risco por cada indicador;
- Elaboração de Relatório Anual de Monitorização Estratégica da EDL.

MECANISMOS DE AVALIAÇÃO EXTERNOS DA EDL

Durante a vigência da EDL, sob supervisão da Comissão de Acompanhamento, os avaliadores externos desenvolverão atividades de avaliação de acordo com um referencial teórico de Avaliação Participativa (que constará como requisito do cadernos de encargos anteriormente referido).

Alguns exemplos de métodos/técnicas de avaliação a ser desenvolvidos pelos avaliadores externos:

- Entrevista semi-estruturada com stakeholders relevantes da EDL
- Focus groups
- Sessões de brainstorming
- Observação participativa
- Inquérito por questionário
- Citizen Report Cards. Video Participativo e outros métodos inovadores/participativos

A formulação dos indispensáveis juízos de valor pelos avaliadores externos far-se-á com base no que se designa por "Questões de Avaliação". Os juízos de valor equivalem à resposta a cada uma dessas questões. Na base dos juízos de valor estará presente a identificação da Teoria da Mudança inerente à execução da EDL. Estes pressupostos teóricos da intervenção, explícitos e implícitos serão cruciais para a avaliação da EDL, uma vez que permitirão responder até que ponto a mudança ocorrida se ficou a dever (total ou parcialmente) à execução da mesma.

As questões de avaliação serão agrupadas em critérios de avaliação (por exemplo, coerência, adequação, eficácia, eficiência, qualidade, pertinência, etc.) que se declinam em indicadores de avaliação (execução e resultados).

Assim, serão gerados todos os indicadores (quantitativos e qualitativos) do processo de avaliação que formarão a BIE. Este instrumento terá carácter dinâmico, incorporando novos indicadores em função da execução da EDL e será utilizado tanto na avaliação interna como externa.

Serão elaborados Relatórios binuais de AEI, até 31 Março do ano civil seguinte.

UTILIDADE DA AVALIAÇÃO (INTERNA E EXTERNA)

A MAI da EDL visa contribuir para a sua boa execução e corresponde, na sua essência, a ferramentas modernas de gestão da qualidade (onde se inclui a análise de risco), funcionando como mecanismo de feedback constante que permitirá a deteção rápida de desvios positivos e negativos, assim como dos respectivos níveis de risco. Tal possibilitará a tomada de decisão quanto a eventuais ações corretivas e/ou de melhoria nas diferentes atividades em que a EDL se materializará no território.

A avaliação da EDL (interna e externa), incorporando a informação recolhida no processo de monitorização estratégica, acrescentar-lhe-á valor por abranger outras dimensões que não apenas a análise de desvios entre resultados reais e esperados. Para além da função de feedback, a avaliação procurará gerar e partilhar conhecimento relevante para os membros da Assembleia de Parceiros, incluindo a sinalização de Boas Práticas nas várias dimensões de gestão da EDL.

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-068.pdf	20/11/2015 15:48	
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-068.pdf	27/07/2015 15:22	192713140
Outros	PACTO TERRITORIAL.pdf	27/07/2015 11:01	192713140
Outros	Indicadores FEADER.xlsx	20/11/2015 11:49	192713140
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	ANEXO AO MODELO DE GOVERNAÇÃO.pdf	25/07/2015 11:26	192713140
Outros	REGULAMENTO DA PARCERIA TERRITORIAL TERRA FRIA 14-20.pdf	27/07/2015 12:18	192713140
Protocolo de parceria	ACORDO DE PARCERIA TERRA FRIA 14-20.pdf	27/07/2015 11:00	192713140
Outros	Orcamento_Resultados_CoraNE.xlsx	27/07/2015 12:25	192713140
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-068.pdf	30/09/2015 11:31	
Outros	FEDER e FSE Indicadores.xlsx	14/12/2015 10:14	503712914
Outros	ATA AP . ELEIÇÃO OG.pdf	27/07/2015 11:01	192713140



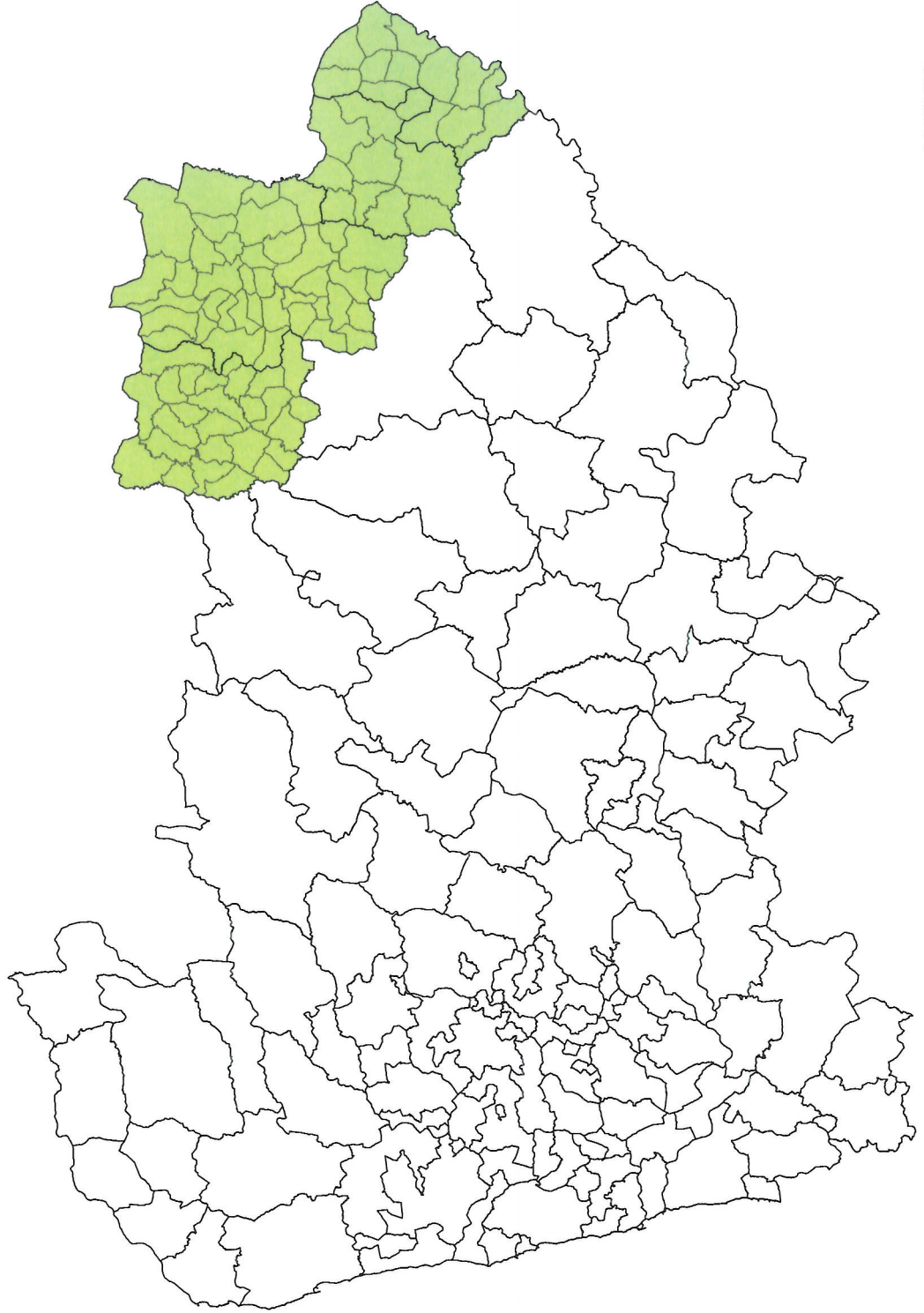
Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	CORANE - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DOS CONCELHOS DA RAIA NORDESTINA	NIF	503712914
Submetido por	LUIS FILIPE MARRÃO	NIF	192713140
Data de Submissão	14-12-2015		

[Handwritten signature] *[Handwritten signature]*

ANEXO 2

DLBC RURAL: GAL CORANE



1:1.150.000

[Handwritten signature and initials in blue ink]

Território de Intervenção - CORANE

Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
BRAGANÇA	Alfaião	173
	Babe	238
	Baçal	484
	Carragosa	190
	Castro de Avelãs	460
	Coelhoso	319
	Donai	446
	Espinhosela	244
	França	238
	Gimonde	341
	Gondesende	194
	Gostei	425
	Grijó de Parada	296
	Macedo do Mato	208
	Mós	178
	Nogueira	495
	Outeiro	301
	Parâmio	214
	Pinela	219
	Quintanilha	216
	Quintela de Lampaças	215
	Rabal	171
	Rebordãos	546
	Salsas	389
	Samil	1246
	Santa Comba de Rossas	304
	São Pedro de Sarracenos	366
	Sendas	183
	Serapicos	208
	Sortes	296
	Zoio	189
	União das freguesias de Aveleda e Rio de Onor	272
União das freguesias de Castrelos e Carrazedo	241	
União das freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	1212	
União das freguesias de Parada e FáiIde	657	

k

Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
	União das freguesias de Rebordainhos e Pombares	187
	União das freguesias de Rio Frio e Milhão	364
	União das freguesias de São Julião de Palácios e Deilão	400
	União das freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo	22016
MIRANDA DO DOURO	Duas Igrejas	599
	Genísio	186
	Malhadas	344
	Miranda do Douro	2254
	Palaçoulo	554
	Picote	301
	Póvoa	208
	São Martinho de Angueira	307
	Vila Chã de Braciosa	327
	União das freguesias de Constantim e Cicouro	204
	União das freguesias de Ifanes e Paradela	311
	União das freguesias de Sendim e Atenor	1487
União das freguesias de Silva e Águas Vivas	400	
VIMIOSO	Argozelo	701
	Carção	419
	Matela	228
	Pinelo	222
	Santulhão	423
	Vilar Seco	181
	Vimioso	1285
	União das freguesias de Algosó, Campo de Víboras e Uva	567
	União das freguesias de Caçarelhos e Angueira	335
	União das freguesias de Vale de Frades e Avelanoso	308
VINHAIS	Agrochão	280
	Candedo	331
	Celas	269
	Edral	198
	Edrosa	151
	Ervedosa	376
	Paçó	191
	Penhas Juntas	255
	Rebordelo	618
	Santalha	254

6.12.2 *←* *W. J. J. J.*
4

Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
	Tuizelo	387
	Vale das Fontes	347
	Vila Boa de Ousilhão	184
	Vila Verde	186
	Vilar de Ossos	269
	Vilar de Peregrinos	155
	Vilar Seco de Lomba	235
	Vinhais	2245
	União das freguesias de Curopos e Vale de Janeiro	313
	União das freguesias de Moimenta e Montouto	278
	União das freguesias de Nunes e Ousilhão	257
	União das freguesias de Quirás e Pinheiro Novo	286
	União das freguesias de Sobreiro de Baixo e Alvaredos	369
	União das freguesias de Soeira, Fresulfe e Mofreita	224
	União das freguesias de Travanca e Santa Cruz	171
	União das freguesias de Vilar de Lomba e São Jomil	237
	Total População CORANE	56 558

Handwritten marks in blue ink, including a signature and a checkmark.

ANEXO 3

Investimento, Ações e Metas: DIBC Rural 99-2015-02-068- CORANE

PI	Fundo	Eixo/Medida	Indicador de Realização		Indicador de Resultado		Dotação Fundo a Contratar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	
9.6	FSE	8iii b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	36	40%	61 Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	1 339 625,00
	FEDER	8a b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Empresas que beneficiam de apoio	1	1	3 Postos de trabalho criados	Total FSE 1 339 625,00 56 264,25
	FEDER	8a e) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas.	Empresas que beneficiam de apoio	7	9	33 Postos de trabalho criados	668 740,80
9.10	FEDER	6c a) Património Cultural: i) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO. b) Património Natural: i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	129 68	64 34	514 Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros 273 Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	51 441,60 27 328,35
	FEDER	Nº Estratégias		1	0,8	1 Efeito Multiplicador do Investimento público no Investimento Privado	1,4
Total FEDER							803 775,00
Total							2 143 400,00

Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

CORANE - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DOS CONCELHOS DA RAMA NORDESTINA

PO	PI/ Medida	Fundo	Tipologia	Indicadores Investimento			Indicador de resultado			Dotação FUNDO a contratar	
				Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Unidade medição	Indicador	Meta 2018		Meta 2023
PDR2020	99.M10	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	24	80		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	12	40	773 439,77
PDR2020	99.M10	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	2	7		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1	4	426 238,70
PDR2020	99.M10	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	7	14		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3	6	776 262,54
PDR2020	99.M10	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	2	5		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2	4	200 416,87
PDR2020	99.M10	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	1	6		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0	5	378 251,56
PDR2020	99.M10	FEADER	Renovação de aldeias	Projetos apoiados	2	6		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0	0	268 163,42
PDR2020	99.M10	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas					Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação	24	80	
PDR2020	99.M10	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização					Beneficiários apoiados, na modernização	2	7	
PDR2020	99.M10	FEADER	Diversificação de atividades na exploração					Explorações ou Beneficiários apoiados	7	14	
PDR2020	99.M10	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais					Beneficiários apoiados	2	5	
PDR2020	99.M10	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais					Beneficiários apoiados	1	6	
PDR2020	99.M10	FEADER	Renovação de aldeias					Beneficiários apoiados	2	6	
Total										2 822 772,87	

